

entrega de metas da reconstrução do RS

Perfil



FOTOS: BRENO BAUER/JC

Emanuel Hassen de Jesus, mais conhecido como Maneco, é natural de Taquari, tem 45 anos, é músico e advogado. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2001, disputou sua primeira eleição em 2004, como candidato a vereador em sua cidade natal, mas não se elegeu. Em 2008, concorreu à prefeitura e ficou em segundo lugar. Foi eleito prefeito de Taquari em 2012, com 8.562 votos, e reeleito em 2016, com 8.816 votos, exercendo dois mandatos até 2020. No mesmo

ano, assumiu a presidência da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), cargo que ocupou até 2021. Em 2022, candidatou-se a deputado estadual e obteve 34.352 votos, tornando-se o terceiro suplente do PT na Assembleia Legislativa. Em 2023, foi nomeado secretário de Comunicação Institucional da Presidência da República. Atualmente, ocupa o cargo de secretário Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

papel ainda em 2025 são as obras de proteção da Região Metropolitana de Porto Alegre. Desde setembro do ano passado, a responsabilidade de atualizar esses projetos está com o governo do Estado, o que inclusive foi um pedido direto do governador ao presidente Lula. No entanto, passados vários meses, o RS ainda não conseguiu viabilizar essa atualização, nem sequer contratou as empresas responsáveis pelos projetos, o que nos preocupa bastante. Estamos falando do que, sem dúvida, será o maior legado em termos de infraestrutura deixado após essa tragédia. E isso será financiado com R\$ 6,5 bilhões, que já estão depositados e prontos para serem usados em uma conta específica. Aguardamos apenas que o Estado atualize os projetos e licite as obras, para que possamos entregar à população da Região Metropolitana uma resposta concreta e duradoura.

JC - Dos R\$ 112 bilhões anunciados, tudo já foi efetivamente entregue aos municípios?

Hassen - Sim, todo o recurso já chegou ou foi formalmente liberado. E faço essa distinção porque, em muitos casos, o dinheiro já está empenhado e autorizado, mas ainda não foi efetivamente transferido – o que depende do andamento das obras. Um bom exemplo são as 28 escolas que autorizamos reconstruir do zero, com projetos de novas unidades: nenhuma delas teve as obras iniciadas até o momento. Seguindo o cronograma de execução, o recurso só será repassado à medida que os municípios começarem a construir. Ou seja, o dinheiro está liberado, está reservado, mas a liberação prática, na conta dos municípios, depende do início efetivo das obras.

JC - Como tem sido a articulação entre União, Estado e municípios?

Hassen - De modo geral, tem sido bem tranquilo. Temos construído parcerias sólidas com todas as cidades atingidas e pessoalmente tenho visitado os municípios, realizado reuniões frequentes, oferecido

orientações técnicas, promovido treinamentos. A relação com os gestores locais tem sido muito positiva. Com o governo do Estado, também temos mantido uma parceria construtiva. A única divergência mais sensível, de fato, tem sido em relação à demora na atualização dos projetos das obras de proteção da Região Metropolitana, que está sob responsabilidade do Estado e ainda não avançou como deveria. Fora isso, a articulação tem transcorrido de forma muito tranquila e colaborativa.

JC - E como responde às críticas de que os investimentos federais não são visíveis à população?

Hassen - Respondo mostrando os dados. Tenho total condição de mostrar, centavo por centavo, onde os recursos federais foram aplicados, município por município, obra por obra. Posso detalhar se cada obra já começou, se não começou, e até mesmo se houve paradas por culpa dos municípios ou do governo federal. Temos um painel na secretaria

que acompanho de perto. É um sistema muito transparente. Desses R\$ 112 bilhões, posso garantir, com total confiança, que sei exatamente onde cada centavo foi investido.

JC - Como a população pode acompanhar e fiscalizar?

Hassen - Temos a plataforma Brasil Participativo, que exibe todos os recursos que estão sendo aplicados no Estado. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Integração também disponibilizam painéis que mostram o que cada município e cada empresa recebeu. Dentro da nossa secretaria, temos um painel interno que permite um controle ainda mais detalhado. Dessa forma, garantimos total transparência e acompanhamento.

JC - Ampliando um pouco a discussão... Na prática, o que cabe ao governo federal e o que é atribuição do governo estadual?

Hassen - Na reconstrução do Rio Grande do Sul, a União vem atuando com recursos emergenciais, programas sociais, apoio técnico e obras em rodovias e estruturas federais. Já o Estado tem coordenado as ações mais locais, em parceria com os municípios. Essas atribuições, às vezes, se confundem um pouco realmente. Mas o que podemos observar é que o papel do governo federal foi absolutamente fundamental, preponderante, na retomada gaúcha. E não só pela aplicação dos recursos, mas também no primeiro momento da tragédia, com o deslocamento para cá das Forças Armadas, dos Ministérios e até mesmo com a criação de um ministério específico para a situação. Tiveram hospitais de campanha, forças armadas, helicópteros, barcos – uma mobilização que foi sem precedentes. Só de servidores, chegamos a ter mais de 4 mil profissionais federais no Estado, entre as Forças Armadas, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e a Defesa Civil Nacional. Isso não aconteceu em nenhum outro momento nem em nenhum outro estado do País, é algo realmente excepcional, que foi essencial para o RS no ano passado.

JC - E como está estruturada a Secretaria para Apoio à Reconstrução do RS atualmente?

Hassen - A nossa estrutura foi diminuindo ao longo do tempo. No início, quando estávamos funcionando como Ministério, éramos muito maiores, pois havia uma quantidade proporcional de tarefas, como salvamento, remoção, limpeza e outras ações emergenciais. Agora, com

a redução do número de programas em andamento, a disposição foi se ajustando. Atualmente, temos três diretores, alguns servidores cedidos de outras áreas do governo e apoio técnico. À medida que as entregas forem sendo concluídas, essa estrutura vai sendo gradualmente encerrada.

JC - O que a população pode esperar da União até o fim da atual gestão, em 2026?

Hassen - A concretização de todos os compromissos que o governo federal assumiu. As moradias serão todas entregues, os planos de trabalho com os municípios serão executados até o final, e as obras de proteção da Região Metropolitana, mesmo que não estejam totalmente prontas estarão em andamento.

JC - Essa tragédia forçou uma mudança de abordagem na reconstrução e prevenção de crises?

Hassen - Definitivamente sim. Todos os recursos que o governo federal está destinando para os municípios e para o Estado, com a execução de obras, já consideram o impacto dessa enchente e pensam em uma eventual repetição. Por exemplo, todas as pontes estão sendo projetadas para serem mais altas, mais largas e mais robustas. Os R\$ 6,5 bilhões para o sistema de proteção da Região Metropolitana, que acredito ser o maior legado em termos de segurança e prevenção que essa tragédia vai deixar, são um reflexo disso. Portanto, todos os investimentos estão levando em conta o que aconteceu. No que tange à atuação do governo federal, também fizemos avanços nos sistemas de alerta, no monitoramento das bacias e na previsão do tempo. Os órgãos federais melhoraram suas ferramentas aqui no Estado, garantindo uma maior agilidade na previsão de eventos semelhantes.

JC - Esse modelo de resposta deve servir de exemplo para o Brasil a partir de agora, então?

Hassen - Sem dúvida. Criamos programas que agora estão prontos para serem utilizados em qualquer outra situação similar. O auxílio reconstrução, o Minha Casa Minha Vida Calamidades, as melhorias nos protocolos da Defesa Civil, os auxílios do Ministério do Desenvolvimento Social, especialmente para salvamentos e alimentação... Tudo isso foi estruturado e implementado de maneira inédita. Esses processos de emergência, que antes não existiam de forma organizada, foram criados a partir dessa tragédia, e agora servem como um modelo a ser replicado em outras situações no País.